

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/27904	36300/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
GP - PRESIDÊNCIA - GABINETE		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Decorrente da ponderação das participações submetidas por particulares, associações civis e juntas de freguesia, bem como da intenção do executivo dar resposta a um conjunto alargado de anseios da população, após a discussão pública, foram efetuadas alterações com considerável abrangência à proposta de revisão do PDM. Não obstante se considerar que estas alterações são justificadas e devidamente fundamentadas, na prossecução do interesse público, considera-se que as mesmas poderão ser entendidas como eventuais alterações significativas.

Assim, entendemos ser de submeter a proposta a nova discussão pública, nos termos do artigo 89.º do RJIGT, salvaguardando o direito à participação constitucionalmente consagrado no n. 5, do art. 65.º da CRP e art. 12.º do CPA e o princípio da ponderação de interesses, promovendo assim a oportunidade dos munícipes se poderem pronunciar sobre as alterações introduzidas e a transparência do procedimento.

Mais se informa que, devido à indisponibilidade por parte da empresa que presta assessoria no âmbito da revisão do PDM, não foi possível atualizar os documentos: (4.2) - Plano de Financiamento e Fundamentação da Sustentabilidade Económica e Financeira, (4.3) - Programa de Execução e (4.5.1.) - Avaliação Ambiental Estratégica – Relatório Ambiental. Foi colocado à consideração superior se este facto é impeditivo da deliberação municipal, em sede de reunião do executivo, sobre a proposta, tendo sido emitidos os despachos abaixo referidos.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO



Nos termos dos despachos emitidos, propõe-se submeter a proposta da 3ª revisão do Plano Diretor de Braga a nova discussão pública, nos termos do artigo 89.º do RJIGT.

Despachos

No âmbito do processo n.º 35955/2025 sobre esta matéria foram proferidos os despachos:

· A 02/09/2025, António José Zamith Soares Rosas, na qualidade de Diretor Municipal: *"Face às informações que antecedem, PROPÕE-SE que se remeta o presente processo à PRÓXIMA REUNIÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL para que seja deliberada a abertura de NOVO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA atento o carácter e o âmbito das alterações decorrentes das participações entretanto recebidas. Relativamente aos documentos não atualizados, tal circunstância não prejudica a tramitação supra proposta porquanto nem sequer é suposto que sejam objeto de atualização antes de decorrido o prazo da discussão pública que se seguirá e conhecidas que sejam as participações que vierem a ser apresentadas."*

· A 02/09/2025, Luis Miguel Mesquita e Sousa Pereira Araújo, na qualidade de Diretor de Departamento de Planeamento e Ordenamento: *"Sendo inequívoca a necessidade de submissão a novo período de discussão pública, deverá ser agendada para deliberação, em sede de reunião do executivo municipal, a decisão sobre a respetiva abertura. Os elementos complementares ainda não integralmente atualizados em resultado das participações na discussão pública inicial, de 6 de janeiro, terão, em qualquer caso, de ser novamente revisitados na sequência de alterações que possam advir das novas participações que resultem deste novo período consulta. À consideração do Senhor Diretor Municipal."*

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



3ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BRAGA

PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM SEDE DE DISCUSSÃO PÚBLICA

ENQUADRAMENTO LEGAL E FUNDAMENTAÇÃO

O período de discussão pública da 3ª revisão do PDM de Braga decorreu de 6 de janeiro a 14 de fevereiro de 2025, tendo sido publicitada pelos meios legais previstos, nomeadamente no Diário da República (Aviso n.º 28273/2024/2, publicado em Diário da República N.º 243, 2.ª Série, de 16 de dezembro de 2024), na página da internet do Município, por edital (Edital 667/2024), nos jornais locais (Diário do Minho, 06/01/2025 e O Minho, 30/12/2024) e na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial.

No período de Discussão Pública foram registadas 1797 participações submetidas na plataforma online e na plataforma de gestão documental, das quais 1788 foram consideradas válidas. As participações submetidas dizem respeito a um conjunto alargado de atores, nomeadamente: particulares, representantes das freguesias, empresas municipais, instituições de ensino e associações civis.

PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA DISCUSSÃO PÚBLICA

O Relatório de Ponderação dos resultados da Discussão Pública da Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga objetiva dar cumprimento ao preceituado no nº6 do artigo 89º conjugado com o previsto na alínea e), do nº3 do artigo 97º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão (RJIGT) na sua atual redação.

O RJIGT consagra, nos artigos 88º e 89º, princípios fundamentais de democracia participativa no planeamento territorial. O artigo 88º estabelece o direito à participação preventiva, permitindo que cidadãos, associações e entidades se envolvam, desde as fases iniciais da elaboração do PDM de Braga. Complementarmente, o artigo 89º, institui a discussão pública como procedimento obrigatório, garantindo que as propostas finais sejam submetidas ao escrutínio da população. Esta estrutura legal reconhece que o território é um bem comum e que as decisões sobre o seu ordenamento devem resultar de um processo inclusivo e transparente.

Em sede de discussão pública foram apresentados contributos que, como não poderia deixar de ser, mereceram a melhor atenção dos serviços. O direito à participação pública decorre, também, do estipulado nos princípios gerais da Lei n.º 31/2014 de 30



de maio (LBGPPSOTU) estando as políticas públicas e a atuação administrativa em matéria de solos, de ordenamento do território e de urbanismo subordinadas a vários princípios gerais, de entre eles o da participação dos cidadãos.

Uma vez findo o período de discussão pública, cabe à câmara Municipal proceder à ponderação e divulgação dos resultados, devendo ponderar as propostas apresentadas, bem como apresentar resposta fundamentada aos pedidos de esclarecimento formulados, no estrito cumprimento do regulado na alínea a), do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 31/2014 de 30 de maio e do n.º 6, do artigo 89.º do RJIGT, bem como elaborar a versão alterada da proposta de Plano.

ALTERAÇÕES DECORRENTES DA DISCUSSÃO PÚBLICA

Decorrente da ponderação das participações submetidas por particulares, associações civis e juntas de freguesia, bem como da intenção do executivo dar resposta a um conjunto alargado de anseios da população, após a discussão pública, foram efetuadas alterações com considerável abrangência à proposta de revisão do PDM. A caracterização das alterações mais significativas encontra-se identificada no capítulo 4.3. do Relatório de Ponderação.

No sentido de validar as alterações introduzidas na proposta, nesta fase, foram realizadas reuniões sectoriais com a Agência Portuguesa do Ambiente (17/06/2025); Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Agricultura (16/06/2025 e 05/08/2025) e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (11/08/2025).

A proposta apresentada na sequência da discussão pública foi ajustada no sentido acordado com estas entidades, nomeadamente ao nível do domínio hídrico e ordenamento nas áreas abrangidas pelas exclusões da Reserva Agrícola Nacional, bem como ordenamento e UOPG.

As alterações introduzidas na proposta do PDMB na sequência da ponderação das participações resultam, nomeadamente:

- Da alteração, retificação e eliminação de vários artigos, pontos e alíneas do regulamento do PMDB, nomeadamente de parâmetros de estacionamento, regime edificatório de classes de espaços, entre outras;
- Alterações à classificação/qualificação do solo, correspondente ao aumento do solo urbano, de 7399,58 ha para 7449,06 ha, correspondendo a uma



- diferença positiva de 49,48 ha, o que representa 0,67% de aumento do solo urbano.
- Em especial, da alteração da classificação do solo na Zona Especial de Proteção do Bom Jesus do Monte, em virtude da necessidade de melhor controlar a pressão urbanística na área inscrita na lista de Património Classificado da UNESCO, tendo sido ajustado o solo urbano de forma a corresponder ao solo urbano da versão do PDM (PDM2015), com as necessárias adaptações à qualificação do solo do Plano em revisão;
 - A criação, eliminação e retificação de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, considerando sempre que possível as intenções manifestadas pelos proprietários, no sentido de operacionalizar a delimitação das Unidades de Execução no contexto das UOPG e concretizar a programação municipal prevista.

Não obstante se considerar que estas alterações são justificadas e devidamente fundamentadas, na prossecução do interesse público, considera-se que as mesmas poderão ser entendidas como eventuais alterações significativas.

Assim, entendemos submeter a proposta a nova discussão pública, nos termos do artigo 89.º do RJIGT, salvaguardando o direito à participação constitucionalmente consagrado no n. 5, do art. 65.º da CRP e art. 12.º do CPA e o princípio da ponderação de interesses, promovendo assim a oportunidade dos munícipes se poderem pronunciar sobre as alterações introduzidas e a transparência do procedimento.

Os documentos da versão agora proposta encontram-se listados no anexo à presente informação. Atendendo à elevada dimensão dos ficheiros estes são disponibilizados em formato digital através do seguinte link: [2025_09_02_proposta_reuniao_camara](#).

Mais se informa que, devido à indisponibilidade por parte da empresa que presta assessoria no âmbito da revisão do PDM, não foi possível atualizar os documentos: (4.2) - Plano de Financiamento e Fundamentação da Sustentabilidade Económica e Financeira, (4.3) - Programa de Execução e (4.5.1.) - Avaliação Ambiental Estratégica – Relatório Ambiental.

Deixa-se à consideração superior se este facto é impeditivo da deliberação municipal, em sede de reunião do executivo, sobre a proposta.



PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Assim, se não se vir inconveniente na ausência de atualização dos documentos acima referidos, propõe-se à Câmara Municipal de Braga que nos termos e fundamentos supra expostos delibere:

- a) Proceder, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 89.º do RJIGT, à abertura de um novo período de discussão pública, destinado à formulação de reclamações, observações ou sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de revisão do PDM de Braga, estipulando um prazo de 30 dias, contados a partir do 5º dia útil a seguir à publicação do aviso no Diário da República;
- b) Promover a publicitação desta deliberação através de aviso a publicar no Diário da República e a divulgar através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e do respetivo sítio na Internet, do qual consta o período de discussão, a forma como os interessados podem apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões, as eventuais sessões públicas a que haja lugar e os locais onde se encontra disponível a proposta, o respetivo relatório ambiental, o parecer final, a ata da comissão consultiva, os demais pareceres emitidos e os resultados da concertação, em cumprimento do disposto nos n.º 1 do artigo 89.º do RJIGT.



ANEXO

LISTAS DOS DOCUMENTOS DISPONIBILIZADOS

ELEMENTOS QUE CONSTITUEM

1.0.0 - REGULAMENTO

1.0.1- ANEXO DO REGULAMENTO

1 – PLANTA DE ORDENAMENTO

1.1 – CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO

1.2 – PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO

1.3 – SALVAGUARDAS GERAIS

1.4.1 – SALVAGUARDAS PATRIMONIAIS / CARTA DE PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

1.4.2 - SALVAGUARDAS PATRIMONIAIS / CARTA DE ARQUEOLOGIA

1.5 – MOBILIDADE

1.6 – ZONAMENTO ACÚSTICO

1.7. – RISCOS DE CHEIAS E INUNDAÇÕES

2 – PLANTA DE CONDICIONANTES

2.1 – CONDICIONANTES GERAIS

2.2 – RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

2.3 – PROTEÇÃO AO RISCO DE INCÊNDIO | REDES DE DEFESA E ÁREAS PRIORITÁRIAS DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA

ELEMENTOS QUE ACOMPANHAM

3 – ESTUDOS SETORIAIS

3.1 – PLANTA DE ENQUADRAMENTO REGIONAL

3.2 – PLANTA DA SITUAÇÃO EXISTENTE

3.3 – PLANTA DOS COMPROMISSOS URBANÍSTICOS

3.4.1 – PLANTA DAS INFRAESTRUTURAS | ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ÁGUAS RESIDUAIS

3.4.2 – PLANTA DAS INFRAESTRUTURAS | DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

3.4.3 – PLANTA DAS INFRAESTRUTURAS | GÁS, TELECOMUNICAÇÕES E RESÍDUOS SÓLIDOS

3.5 – PLANTA DAS TIPOLOGIAS DA ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

4 - PEÇAS ESCRITAS

4.1.0 – RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO

4.1.1 - RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO | ANEXO I - Rede Hidrográfica

4.1.2 - RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO | ANEXO II - Relatório da Reserva Agrícola Nacional

4.1.3- RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO | ANEXO III - Relatório da Reserva Ecológica Nacional

4.1.4 - RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO | ANEXO IV - Fichas do Património Inventariado

4.1.5 - RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO | ANEXO V - Fichas das áreas de sensibilidade arqueológica

4.1.6 - RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO | ANEXO VI - Estudo de Ligações Viárias de Acesso Local

4.1.7 - RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO | ANEXO VII - Percursos pedonais

4.2 – PLANO DE FINANCIAMENTO E FUNDAMENTAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA (por atualizar)

4.3 – PROGRAMA DE EXECUÇÃO (por atualizar)

4.4 – RELATÓRIO DOS ESTUDOS DE CARATERIZAÇÃO



- 4.5.1 – AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA | RELATÓRIO AMBIENTAL (por atualizar)
- 4.5.2 – AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA | RESUMO NÃO TÉCNICO
- 4.6 - RELATÓRIO DOS COMPROMISSOS URBANÍSTICOS
- 4.7 - FICHA DE DADOS ESTATÍSTICOS
- 4.8 - PARECER FINAL DA CCDR E ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO CONSULTIVA
- 4.9 – RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

5 - DOSSIERS INDEPENDENTES

- 5.1 – PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA (2018)
- 5.2 – CARTA EDUCATIVA (2019)
- 5.3 – ESTRATÉGIA DA PAISAGEM (2020)
- 5.4 – ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO (2021)
- 5.5 – PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (2022)
- 5.6.1 – MAPA DE RUÍDO (2023) | RELATÓRIOS
- 5.6.2 – MAPA DE RUÍDO (2023) | MAPA ATUAL
- 5.6.3 – MAPA DE RUÍDO (2023) | MAPA FUTURO
- 5.6.4 – MAPA DE RUÍDO (2023) | CONFLITOS

